

A evolução das formas gramaticais*

Antoine Meillet**

RESUMO: Novas formas gramaticais podem ser constituídas em determinada língua a partir de dois procedimentos: a inovação analógica e a atribuição de caráter gramatical a uma palavra antes autônoma (gramaticalização). Nenhum idioma autoriza o resgate de formas gramaticais primitivas, uma vez que a criação de uma nova forma gramatical só pode acontecer no interior de uma língua cuja organização gramatical já está completa. Tal busca pela forma primitiva, contudo, levou a linguística a se voltar principalmente para o estudo da analogia. Excluindo esta tendência, este artigo se dedica à análise do segundo procedimento: a gramaticalização, combinada à maneira de agrupar palavras em uma língua e à necessidade que tem o falante de ser expressivo.

Palavras-chave: Antoine Meillet; evolução das formas gramaticais; gramaticalização.

RÉSUMÉ: Dans une langue donnée, des nouvelles formes grammaticales peuvent être constituées par deux procédés différents : l'innovation analogique et l'attribution d'un caractère grammatical à un mot auparavant autonome (c'est ce qu'on appelle « grammaticalisation »). Aucun idiome ne permet qu'on retrace ses formes grammaticales primitives, puisque la création d'une nouvelle forme grammaticale n'est possible qu'à l'intérieur d'une langue dont l'organisation grammaticale est complète. La recherche d'une forme primitive cependant a mené des linguistes à se consacrer surtout à l'étude de l'analogie. Tout en excluant cette tendance, cet article s'occupe de l'analyse du deuxième procédé: la grammaticalisation, associée aux manières dont on groupe les mots dans une langue et au besoin qu'a le sujet parlant d'être expressif.

Mots-clés: Antoine Meillet; évolution des formes grammaticales; grammaticalisation.

São dois os procedimentos pelos quais se constituem as formas gramaticais. Ambos são conhecidos até por aqueles que nunca estudaram linguística, e todos já tivemos a oportunidade, senão de refletir sobre eles, ao menos de observá-los superficialmente.

Um desses procedimentos é a analogia, que consiste em gerar uma forma a partir do modelo de outra. Vejamos alguns exemplos de tipos franceses: *nous finissons, vous finissez, ils finissent; nous rendons, vous rendez, ils rendent; nous lisons, vous lisez, ils lisent*. A partir de *nous disons, ils disent*, a criança que aprende a falar é levada a formar *vous disez* sem nunca ter entrado em contato com tal forma: trata-se de uma forma dita

*Título original “L'évolution des formes grammaticales”. Artigo publicado inicialmente em *Scientia (Rivista di scienza)*, vol. XII (1912), n° XXVI, 6 (p. 130-148). Tradução de Letícia Resende, revisão de Adauto Villela. Este artigo foi traduzido no âmbito do projeto de extensão *Traduções Acadêmicas* do Bacharelado em Tradução da FALE-UFJF, coordenado pela Profa. Dra. Mayra Barbosa Guedes e o Prof. Dr. Adauto Villela, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** Professor no Collège de France e diretor de estudos na École des hautes études.

analógica. Todas as formas regulares da língua podem ser classificadas como analógicas, já que são compostas com base em modelos existentes. É em virtude do sistema gramatical da língua que elas são recriadas sempre que necessário. Mas, geralmente, essas formas regulares são também aquelas que tivemos a oportunidade de observar e, a não ser que se trate de palavras novas ou raras, a forma obtida pelo funcionamento do sistema gramatical reproduz, com frequência, uma forma já ouvida e registrada na memória. A tradição está de acordo com as exigências do sistema. Não é incomum, contudo, que, como no caso mencionado, a tradição e o sistema não estejam de acordo, e que, dado o estado da língua em determinado momento, haja várias formas possíveis. A analogia produz, assim, formas novas, independentes da tradição. É nesses casos que falamos de *formas analógicas*, ou melhor: *inovações analógicas*.

O outro procedimento consiste na passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical. Por exemplo, *suis* é uma palavra autônoma na frase — que, aliás, soa muito artificial — *je suis celui qui suis*. A palavra ainda mantém certa autonomia em frases como: *je suis chez moi*, embora represente pouco mais que um elemento gramatical em: *je suis malade, je suis maudit*. A palavra se torna um mero elemento gramatical em construções como: *je suis parti, je suis allé, je me suis promené*, nas quais não se pode atribuir valor próprio a *suis*, e nas quais aquilo que erroneamente denominamos auxiliar é apenas parte de uma forma gramatical complexa que exprime o passado. Está, no entanto, claro — e a história da língua prova-o de maneira evidente — que *suis*, em *je me suis promené*, é a mesma palavra que aparece em: *je suis ici*, ainda que tenha se tornado parte constituinte de uma forma gramatical.

Esses dois procedimentos, a inovação analógica e a atribuição do caráter gramatical a uma palavra antes autônoma, são os únicos que permitem a constituição das novas formas gramaticais. Embora os detalhes possam ser complicados em cada caso específico, os princípios são sempre os mesmos.

Desde a criação de uma gramática comparada sistemática, fomos levados a atribuir mais importância a um ou a outro dos dois procedimentos. O fundador da gramática comparada das línguas indo-europeias, Franz Bopp, acreditava que a avaliação dos tipos mais antigos de cada idioma resultaria em uma maneira de retrair formas, por assim dizer, primitivas, passíveis de serem analisadas em seus elementos componentes. Para ele, palavras como *émi* do sânscrito, *eimi* do grego, *eimi* do lituano, poderiam ser naturalmente analisadas como a palavra *ai*, que significa “ir”, e *mi*, que significa “eu”. No entanto, para uma análise como essa — plausível, embora indemonstrável —, Bopp foi levado a propor cem outras, consideradas pouco verossímeis ou, em alguns casos, completamente inadmissíveis. Após cinquenta anos de ensaios infrutíferos, compreendemos que a origem primeira das formas gramaticais está fora de nosso alcance. Todas as línguas conhecidas surgiram em um período mais ou menos recente: a maioria data da época moderna, e todas assumem formas bem-acabadas, que implicam um longo desenvolvimento anterior. As línguas faladas por povos de civilização inferior apresentam estruturas, muitas vezes, delicadas. Por trás delas, há uma história tão longa quanto aquela atribuída às línguas dos povos mais civilizados. Nenhum idioma, qualquer que seja, transmite a ideia do que teria sido uma “língua primitiva”. Consequentemente, nenhum dado positivo permite resolver, tampouco abordar o problema da primeira origem das formas gramaticais. Os linguistas estudam as transformações dos sistemas gramaticais, não se dedicam à criação desses sistemas. Sem dúvida, quando uma palavra passa à função de forma gramatical, podemos dizer que, de certo modo, *criou-se* uma forma. Essa criação, no entanto, acontece no interior de uma língua que já oferece uma organização gramatical completa; ela não transmite uma ideia do que talvez tenha se passado em um tempo no qual

inexistia qualquer princípio de organização gramatical. É possível, todavia, considerar que, excluída a analogia da primeira origem das formas, o único procedimento remanescente é a atribuição progressiva de uma função gramatical a palavras autônomas ou a maneiras de agrupar as palavras. Nesse sentido, Bopp evidentemente tinha razão, embora se iludisse ao acreditar que, com os dados tardios que possuímos, pudéssemos entrever como as formas existentes nas línguas conhecidas adquiriram, pela primeira vez, os valores que possuem atualmente, seja através de dados históricos ou de procedimentos comparativos.

Como se eximiam de determinar a origem primeira das formas e se propunham apenas a seguir seu desenvolvimento, os linguistas foram levados a dedicar-se, sobretudo, ao estudo das inovações analógicas: pois, dado um sistema que, ao ser constituído, transforma-se pouco a pouco, a analogia é o principal agente que modifica incessantemente os detalhes e, às vezes, até a estrutura geral do sistema. O movimento linguístico que começou por volta de 1870, muitas vezes identificado como “neogramático”, foi inteiramente dominado por duas ideias: a constância dessas correspondências — conhecidas como leis fonéticas — entre fonemas de uma mesma língua em duas datas sucessivas, e a importância atribuída às inovações analógicas. Quando Karl Brugmann e Hermann Osthoff, a partir de 1878, publicaram, sob o título de *Morphologische Untersuchungen*, uma coleção de trabalhos motivados pelas novas ideias, a analogia correspondia à questão mais tratada pelos autores em sua obra. Os *Prinzipien der Sprachgeschichte*, de Hermann Paul, expuseram os princípios da nova escola e consistiram, essencialmente, em uma teoria da analogia. E quando o saudoso Victor Henry quis retomar, na França, as ideias dos “neogramáticos”, seu ponto de partida foi um estudo sobre a *Analogie*.

Sem ser perdido de vista, o procedimento de inovação, a passagem de palavras autônomas à função de agentes gramaticais, foi muito menos estudado ao longo dos últimos quarenta anos. É agora que estudiosos voltam a se debruçar sobre ele. Sua importância é, de fato, decisiva. Enquanto a analogia pode renovar o detalhe das formas, ainda que frequentemente mantenha intacto o plano de conjunto do sistema existente, a “gramaticalização” de certas palavras cria formas novas, introduz categorias que não possuíam expressão linguística, transforma o conjunto do sistema. Esse tipo de inovação resulta, aliás, assim como as inovações analógicas, do uso que se faz da língua. Trata-se de uma consequência imediata e natural.

∴

Uma frase consiste essencialmente em uma afirmação. Ela compreende, se necessário, um sujeito, isto é, uma palavra que indica sobre quem ou sobre o que uma coisa é afirmada; um predicado, isto é, uma palavra que indica o que é afirmado. O sujeito pode ser omitido se ele for conhecido pelos interlocutores. É o que acontece no imperativo, forma que, por definição, dirige-se a um interlocutor: *viens, venez* não necessitam de um sujeito. Explicita-se a pessoa interpelada apenas quando o interlocutor não é suficientemente definido pela situação: *viens, Pierre*. Se o falante espera alguém, é possível dizer em russo: *pridet*, “ele vai vir”, ou em latim *uenit*, “ele vem”, sem que seja necessário designar de outra forma a pessoa de quem se fala, já que esta é referenciada pela situação ou por uma frase anterior. Ou, quem sabe, a forma do verbo, sobretudo no caso das línguas indo-europeias, pode ser suficiente para designar a pessoa: em russo, *pridu*, “eu vou chegar”; em latim, *uenio*, “eu venho”. Exceto nos casos desse tipo, uma frase se compõe essencialmente de um sujeito e de um predicado — este pode ser um nome, como em russo, *dom nov*, “a casa é nova”, ou um verbo, de

novo em russo, *Pètr pridët*, “Pierre vai chegar”. Essas são as palavras principais da frase. Uma frase pode compreender outras palavras principais, como mostram os complementos destes exemplos em latim: *aedifico domum*, “construo uma casa”, ou *eo Romam*, “vou a Roma”, ou *uenio Roma*, “venho de Roma”, ou ainda *habito Romae*, “moro em Roma”. As palavras principais são aquelas que indicam as ideias essenciais pelas quais se faz a frase.

Uma frase, contudo, não pode ser feita apenas com palavras principais. Frequentemente, são necessárias também outras palavras que determinam, que precisam o valor dessas palavras principais. Por exemplo, na frase: *laissez venir à moi les petits enfants*. A ortografia francesa distingue nessa frase sete palavras diferentes. Sem insistir em *à moi*, na qual *à* não passa de um elemento gramatical, tampouco em *les*, artigo definido que também é uma espécie de ferramenta gramatical, temos aqui duas palavras — cada uma agrupada com outra: *laissez* e *petits*. Cada uma dessas palavras tem um sentido próprio, que só assume um valor na frase quando agrupado com a palavra vizinha. *Laissez* pode ser uma palavra principal em *laissez cela*, por exemplo. Aqui, entretanto, *laissez venir* forma um conjunto no qual *laissez* é, de alguma forma, um verbo auxiliar. *Petit* tem seu valor próprio e, embora um adjetivo, corresponde à palavra principal. Por exemplo, quando dizemos: *apportez le petit paquet* (e não o grande, que está ao lado). Na frase acima, *petits* indica apenas uma qualidade acessória de *enfants*. Além das palavras principais, há, portanto, as palavras *acessórias*. Certa palavra pode ser principal em uma frase e acessória em outra; *acabar* é acessória na exclamação: *il vient de me dire cela!* Há ainda todos os graus intermediários entre as palavras principais e as palavras acessórias; *laissez* na frase citada é menos uma palavra acessória que *faire* em *faites-le venir*. Mas, em toda frase, importa mais marcar a distinção entre as palavras principais e as palavras mais ou menos acessórias.

Ora, quando uma palavra é acessória, resultam dois tipos de alterações: umas concernem ao sentido; outras, à pronúncia.

A cada vez que um elemento linguístico é empregado, seu valor expressivo diminui e sua repetição se torna mais natural. Uma palavra nunca é ouvida, nem enunciada duas vezes exatamente com a mesma intensidade de valor. É o efeito comum do hábito. Uma palavra nova parece estranha quando ouvida pela primeira vez. Assim que repetida, entretanto, ela perde sua força e não demora a adquirir o mesmo valor que um elemento já há muito tempo corrente. Esse fenômeno se torna ainda mais verdadeiro quando aplicado a um grupo de palavras: a maioria das pessoas fala e principalmente escreve por meio de fórmulas feitas, de “clichês”. Assim, duas palavras usuais parecem quase novas quando as aproximamos pela primeira vez ou quando as aproximamos apesar de o uso comum não incluir essa aproximação. Há muito tempo, Horácio destacou o valor de uma combinação nova de palavras, uma *iunctura noua*, ilustrada a partir de vários exemplos. Os oradores e escritores preocupados com o estilo, ou seja, com a expressão, esforçam-se, acima de tudo, para combinar as palavras de modo a não soarem banais, causando, dessa forma, uma impressão sobre o ouvinte ou o leitor. E se, ao final de algumas décadas de uso literário, uma língua é usada de maneira geral pela literatura, se todos os escritores de todas as grandes línguas da Europa viram sua escrita ser reduzida a uma forma banal ou superficial, é porque, sem dúvida, o número de alianças de palavras novas possíveis em determinado idioma é limitado.

Se um agrupamento de palavras se torna frequente, constantemente repetido, ele deixa de ser expressivo e passa a ser reproduzido de maneira cada vez mais automática pelos falantes. Houve um tempo em que a oração *je laisse venir* se constituía por duas palavras verdadeiramente distintas. Em uma expressão desse tipo, *laisser* assumia todo seu valor semântico. O agrupamento usual de *laisser* com uma forma infinitiva,

contudo, acelerou o enfraquecimento dessa palavra, que perdeu seu sentido próprio e tornou-se uma espécie de auxiliar da palavra principal. Apesar disso, *laisser* ainda não passou à função de elemento gramatical, uma vez que sua ocorrência exprime uma noção muito especial e concreta. O verbo ainda mantém uma clara autonomia de sentido e forma.

Quando uma palavra se agrupa a outra de modo a tornar-se, em alguns casos, fixa, o resultado é a perda de parte de seu sentido concreto nessas construções. Vejamos o exemplo da palavra *piéd*: empregada isoladamente, ela designa uma parte do corpo humano muito bem definida. Agrupada com o nome de um objeto em expressões como *le piéd d'une table, d'une chaise, d'une lampe* ou, ainda, *le piéd d'une montagne*, a palavra perde inteiramente seu valor concreto. O que resta é apenas um elemento abstrato: parte de um objeto que sustenta e está em contato com uma superfície de apoio. Como mostrou M. Wundt, ao contrário do que continuamos a fazer, o termo metáfora não deve ser aplicado aos casos desse tipo; ele é inadequado. Trata-se, de fato, de uma outra palavra. Em russo, por exemplo, não se usa, em referência a esse caso, a palavra *noga*, “pé”, mas a forma derivada *nozka*, para designar o “pé” de um móvel. Inversamente, o grupo de palavras possui frequentemente um sentido mais preciso, mais concreto do que faria esperar a aproximação das palavras componentes. Quando falamos de um *piéd de lampe*, não pensamos em um *pé* — no sentido abstrato definido anteriormente —, tampouco em uma *lâmpada*. Antes, pensamos no objeto de aspecto particular ao qual se dá tal nome. É possível que evoquemos os dois elementos do grupo e tenhamos uma vaga ideia a respeito deles. Apesar disso, *piéd de lampe* é o equivalente de uma palavra que designa um único objeto. O agrupamento pode ser do tipo em que uma das palavras não recebe característica gramatical própria: se em turco otomano, queremos falar de um jardim que pertence ao paxá e é desconhecido pelo interlocutor, diremos *paša-nyn bayče-si*, “o jardim do paxá”, com o signo *-yn* do genitivo; se estamos em uma localidade na qual o “jardim do paxá” é conhecido, a palavra *paša* não é declinada. Teremos, assim, *paša bayče-si* em um grupo que comporta uma única flexão. Nesse caso, já quase não há duas palavras distintas, mas uma locução de conjunto. Nas línguas do Extremo Oriente — como o chinês ou o anamita, que não contam com afixos e, conseqüentemente, não permitem a formação de nomes por derivação —, ao agruparmos duas palavras cujos significados próprios se perdem, obtemos nomes de pessoas ou de coisas. Em anamita, por exemplo, temos as palavras *phép*, “regra”, e *toán*, “contar”. Se juntamos as duas, formamos *phép toán*, que significa “cálculo, aritmética”; com *ban*, “atirar”, obtemos *phép ban*, “tiro”, etc. Do mesmo modo, *thay*, “mestre”, forma os nomes das profissões liberais; se *phép thuoc* significa “medicina”, *thay thuoc* corresponde a “médico” etc. O agrupamento habitual, em suma, retira das palavras sua força expressiva, a força expressiva de sua união e até seu valor concreto próprio.

As palavras agrupadas pelo sentido são, na maior parte do tempo, justapostas umas às outras. Dessa forma, em termos de pronúncia, elas se comportam mais ou menos como uma palavra longa. Sabemos que, na pronúncia corrente das frases, o modo como as palavras se unem não responde ao corte das palavras tal qual o conhecemos na grafia comum das línguas modernas. Estabeleceu-se a convenção de que todo elemento separável que possui uma função própria na frase está isolado de qualquer outro elemento na escrita. Esse uso claro e conveniente se baseia unicamente na função exercida pelas palavras na frase e no modo como elas se comportam nesses mesmos contextos. Nada disso leva em conta a pronúncia. Por exemplo, o artigo francês, que, em nenhum caso, poderia ser empregado sozinho e que sempre faz parte de um grupo de nomes, é escrito isoladamente, uma vez que ele pode se separar do substantivo que determina. Assim, podemos dizer: *les enfants, les petits enfants, les*

pauvres petits enfants etc. Do ponto de vista da pronúncia, *les enfants*, *les petits*, *les pauvres* formam, cada um, uma única palavra nesses agrupamentos. A definição da *palavra fonética* não compreende a da *palavra sintática*. O grupo de palavras tende a constituir mais ou menos uma palavra fonética única.

Ora, numerosas observações mostraram que os mesmos elementos são pronunciados de uma maneira que tende a ser mais breve quanto mais longa a palavra de que fazem parte: em francês, o *â* de *pâté* é muito mais breve que o de *pâte*; o *â* de *pâtissier* e, sobretudo, de *pâtisserie* é mais breve que o de *pâte*. Essa abreviação tem consequências graves: ela altera o timbre das vogais; uma vogal abreviada tende a se fechar ou, nos casos em que já é fechada, pode tornar-se completamente muda. As palavras acessórias agrupadas com outras tendem, dessa forma, a se abreviar e a mudar de pronúncia. Além disso, a abreviação e o fato de as palavras, na condição de acessórias, serem pronunciadas sem esforço e ouvidas sem atenção especial provocam uma negligência e uma perda de intensidade na articulação, que passa a ser feita pela metade. A história das línguas mostra que, como consequência, as palavras acessórias têm tratamentos fonéticos aberrantes. É comum que, contra o princípio da constância das “leis fonéticas”, sejam invocados os tratamentos especiais apresentados pelas palavras acessórias. Como constatamos, o argumento não procede. As palavras acessórias se encontram em condições particulares que determinam pronúncias particulares: seus elementos constituintes, uma vez abreviados e fracamente articulados, estão sujeitos a se enfraquecer ou a desaparecer nos casos em que os elementos de uma palavra principal subsistem intactos ou sofrem outros tipos de modificação. Contra a regra da constância das “leis fonéticas”, era usado antigamente o fato de que o *th* do inglês, por exemplo, permanece surdo (*th* considerado duro) na inicial de quase todas as palavras da língua, embora tenha se tornado sonoro (*th* suave) no artigo *the*. Sabemos agora que as consoantes surdas iniciais das palavras acessórias estão sujeitas a sofrer enfraquecimentos próprios a essas palavras. Além do inglês, o fenômeno pode ser observado, por exemplo, em irlandês, escandinavo e armênio, ainda que não se limite às línguas indo-europeias: ele também é encontrado na língua polinésia de Samoa, por exemplo.

As alterações fonéticas sofridas pelas palavras acessórias, às vezes, são muito profundas. Se não tivéssemos a forma do gótico *himma daga*, “este dia, hoje”, poderíamos ter dificuldade em acreditar que o antigo *hiu tagu*, “este dia”, tenha se tornado, em alto-alemão antigo, *hiutu* (*heute* em alemão moderno), que significa “hoje”. Tampouco poderíamos acreditar que *hiu dagu*, “este dia”, tenha se tornado, em saxão antigo, *hiudu*, “hoje”. As dúvidas que poderiam subsistir são esclarecidas pela passagem paralela de *hiu jâru*, “este ano”, a *hiuru* (*heuer* em alemão moderno); de *hînaht*, “esta noite”, a *hînet*, em alto-alemão médio, e deste a *heint*, “hoje”, em bávaro moderno. Uma vez que o acento é colocado sobre o início do composto, sobre o demonstrativo que encerra a essência da ideia, ou seja, a indicação de que se trata daquilo “que está mais próximo”, todo o resto da palavra se reduz a quase nada, tornando-se irreconhecível. — As palavras acessórias chegam ao ponto de não mais parecerem com as palavras principais até quando eram idênticas a estas. Assim, no beócio, antigo dialeto grego, palavras que apresentam um *-a-* longo formam o genitivo plural em *-âôn*, sem contração. O artigo correspondente, contudo, faz a contração de *-âôn* em *-ôn*, formando, por exemplo, *tôn drakhmâôn*: no lugar de uma flexão única, há duas flexões distintas, uma para as palavras principais, outra para o artigo.

O enfraquecimento do sentido atua junto com o enfraquecimento da forma das palavras acessórias. Quando ambos estão suficientemente avançados, a palavra acessória pode acabar se tornando apenas um elemento privado de sentido próprio,

unido a uma palavra principal para marcar sua função gramatical. A transformação de uma palavra em elemento gramatical está completa.

∴

A constituição de formas gramaticais pela degradação progressiva de palavras antes autônomas é possibilitada pelos procedimentos que acabamos de descrever resumidamente. Eles consistem, como vemos, em um enfraquecimento da pronúncia, da significação concreta das palavras, do valor expressivo destas e dos grupos de que fazem parte. Mas o que provoca o início de tudo isso é a necessidade de falar com força, o desejo de ser expressivo. A história da negação ilustra esse princípio.

A negação era expressa em indo-europeu comum por *ne*, uma pequena palavra acessória que subsiste claramente no *na* do sânscrito, no *ne* do eslavo e do lituano e no *ni* do gótico, por exemplo. Mas essa pequena palavra muito breve, que tendia a não ser acentuada e que veio a se agrupar estreitamente, em lituano e em russo, com a palavra principal sobre a qual se assenta, tornou-se rapidamente muito inexpressiva. No caso em que era necessário insistir na negação — e os falantes quase sempre têm a necessidade de ser insistentes, já que falamos, no mais das vezes, para agir sobre os interlocutores e atingi-los custe o que custar —, fomos levados a reforçar a negação *ne* por alguma outra palavra. Foi o que aconteceu com o latim, por exemplo. Assim como, para dizer “*non*”, o alemão passou a dizer “*pas un*”, isto é, *nein*, o latim antigo dizia *noenum*, “*pas un*”, em vez de *ne*. Sendo uma palavra acessória, *noenum* sofreu um tratamento particular e culminou em *nôn*. A partir desse momento, porém, “*pas un*” não se encontrava mais em *nôn*. Na época histórica, o *nôn* latino não era mais sensivelmente expressivo que o *na* sânscrito, o *ne* eslavo e o *ni* gótico. O francês foi levado, por consequência, a reforçar a negação *ne*, originada de *nôn*, por um tratamento particular da palavra acessória, através de pequenas palavras como *pas*, *point*, *mie*. Sabemos como *pas* perdeu, nas frases em que era palavra acessória da negação, seu sentido próprio — sentido conservado perfeitamente na palavra isolada *pas*; sabemos como, a partir desse momento, *pas* se tornou, por si só, uma palavra negativa, servindo a exprimir a negação, e como, em consequência disso, o *pas* francês deixou de ser expressivo, necessitando de um novo reforço fornecido por palavras acessórias. Fomos levados a dizer *pas du tout*, *absolument pas*, ou a recorrer a táticas inteiramente novas, como mostra a exclamação da gíria atual: *tu penses, s’il est venu!* Modo fortemente expressivo de dizer: “*il n’est pas venu*”. — A história da negação alemã *nicht*, que etimologicamente significa “*pas une chose*”, é paralela à das negações latina e francesa. — As línguas seguem, assim, uma espécie de desenvolvimento em espiral: elas acrescentam palavras acessórias para obter uma expressão intensa. Essas palavras se enfraquecem, se degradam e se rebaixam ao nível de simples ferramentas gramaticais. Acrescentamos novas palavras ou palavras diferentes em vista da expressão. O enfraquecimento recomeça, e assim sucessivamente.

As categorias gramaticais sujeitas a ser expressas por meio de palavras transformadas em elementos gramaticais são, como consequência do que acaba de ser dito, aquelas que têm um certo caráter expressivo. Ao menos, é isso que acontece nas línguas em que existem formas gramaticais caracterizadas por afixos soldados às palavras. As línguas que, como o chinês e, principalmente, o anamita, ignoram toda afixação são levadas a exprimir mais categorias por palavras acessórias, frequentemente, identificadas como palavras vazias. Mas, nas línguas indo-europeias, as categorias que, como o presente e o aoristo no verbo, simplesmente exprimem fatos são pouco propícias a serem caracterizadas por palavras acessórias progressivamente

soldadas. Ou, se as palavras acessórias intervêm, é apenas de modo secundário, quando o processo de enfraquecimento se conclui, como veremos. Não se pode dizer o mesmo das categorias que têm uma significação mais intensa e que requerem, por consequência, uma expressão precisa e fortemente caracterizada. A esse propósito, a história do perfeito e do futuro podem ser esclarecedoras.

Entendemos por perfeito uma categoria de sentido muito forte, que indica a ação acabada e o resultado dela. Não se trata do desenvolvimento, da duração da ação, nem do ato puro e simples. Um sentido desse gênero era expresso em indo-europeu por um tipo muito particular, cujas desinências e cujo vocalismo radical lhe eram próprios. Esse tipo também apresentava, na maioria dos casos, um redobramento de uma parte inicial da raiz. Assim, em grego, temos *léloipa*, “eu deixei” etc. Essa formação, muito excepcional e, portanto, muito expressiva, não se manteve ao longo do desenvolvimento histórico das línguas indo-europeias, em parte, porque o sentido foi enfraquecido e degradado até o presente, como em *memini*, “eu me lembro” do latim, ou em *man*, “eu penso” do gótico, ou até com o pretérito; é o caso de *cecini*, “eu cantei” do latim, e *haihald*, “eu segurei/agarrei” do gótico, uma vez que, para sobreviver ao período antigo do indo-europeu, a estrutura do tipo era especificamente indo-europeia: as mudanças gerais que se produziram no sistema não deixavam subsistir as condições de formação exigidas pelo perfeito indo-europeu.

Mas, ao desaparecer, a forma deixava um vazio. Pois constatamos a necessidade de marcar o término da ação cujo resultado projetamos. É mais comum que o façamos pelo agrupamento de uma forma nominal ligada a um verbo acessório. E isso pode ser compreendido da seguinte maneira: a ação acabada já não é um processo, mas uma coisa. Ela pode, portanto, ser expressa mais por um nome que por um verbo, já que este expressa essencialmente um processo. Essa tendência se manifesta, sobretudo, na passiva e é por isso que as formas compostas que servem para a expressão do perfeito, no mais das vezes, se apresentam primeiro sob a forma passiva: o latim apresenta *dictus est*, “ele (alguém) foi dito” e, sobretudo, sob uma forma impessoal, *dictum est*, “ele (algo) foi dito, disseram”, desde um período anterior à época histórica (o procedimento é comum, aliás, não apenas ao latim e ao osco-úmbrio, mas também ao celta, o que atesta uma antiguidade relativamente grande da inovação).

Foi muito mais tarde, na época em que se constituíram as línguas românicas, que um tipo ativo, de estrutura completamente diferente, surgiu: *habeo dictum*, “*j’ai dit*”. Quando esse tipo românico se constituiu, sua força expressiva era grande: eu possuo algo que é dito. O procedimento, muito marcante, se observa em germânico, após o período mais antigo da língua (no gótico ainda não existem traços desse procedimento no século IV d.C.), sem dúvida por uma imitação da maneira de falar latina, que parecia marcante e cômoda. Como há uma imitação da maneira de agrupar palavras, não concluiremos que o germânico tenha tomado emprestado do latim uma forma gramatical: as formas gramaticais propriamente ditas não parecem se emprestar. No momento em que a imitação deve ter ocorrido, o tipo *habeo dictum* ainda comportava, sem dúvida, duas palavras percebidas de modo claramente distinto: ainda não se tratava de uma forma gramatical, mas de um agrupamento de palavras. Com o tempo, o tipo *j’ai dit* se unificou e, desde o início, no francês, tornou-se pura e simplesmente uma maneira de exprimir uma ação acabada, na qual não se reconhece mais o valor de *ai*, nem de *dit*. O grupo, contudo, também deixa de ser expressivo; ele perde seu valor de perfeito para transformar-se em um simples pretérito. Como ele concorre com o pretérito simples, *je dis*, muito menos claro, de formação mais complicada e em parte especial, flexionado inclusive de maneira particular (*nous dites, vous dites, ils dirent*),

às vezes ambígua, (*je dis, il dit, vous dites* servem ao mesmo tempo para o presente e para o passado), o pretérito simples tendeu a desaparecer: hoje em dia, ele saiu inteiramente de uso em Paris e em toda a região que circunda a capital em um raio de duzentos a trezentos quilômetros – região esta em que vigora o registro parisiense. O enfraquecimento progressivo do valor do tipo *j'ai dit* culminou na transformação em um simples pretérito, sem qualquer vestígio do valor de perfeito. O ciclo foi, doravante, percorrido e, para adquirir um perfeito, o francês deve recorrer a alguma tática nova, cujo surgimento ainda não pode ser previsto.

Fenômenos análogos aos que observamos na história do latim e das línguas românicas, principalmente no francês, ocorreram de modo independente em muitas outras línguas. Por exemplo, o perfeito indo-europeu já havia quase saído de uso na língua persa na época de Dário, ou seja, desde o fim do século VI a.C. A falta desse tempo era suprida por uma forma nominal de tipo passivo, que tinha um valor muito claro de perfeito. Para indicar o que estava acabado, dizia-se *ima tya manâ krtam*, “eis o que foi feito por mim”, em que *krtam* significa “aqui fez”. Na língua persa antiga, ainda subsistem, entretanto, pretéritos simples que exprimem ações. A forma do aoristo *akumâ* significa “nós temos feito [nós fizemos]” e é usada para expressar o fato puro e simples. Consequentemente, o pretérito simples foi eliminado; dele restou apenas a antiga forma composta, que adquiriu, porém, caráter ativo, sendo que *kard* significa “ele fez” em persa; *man*, em *man kardam*, assumiu valor de um caso sujeito; a flexão de *hardam*, “eu fiz”, produz a impressão de uma forma una em que não se reconhece mais o antigo participio. Para o sentido, *kardam* é um simples pretérito e não tem mais a significação do perfeito, pelo menos, não mais que o *j'ai fait* do francês moderno.

Sob uma forma completamente diferente, as línguas eslavas oferecem um desenvolvimento exatamente paralelo. Em uma data antiga, encontramos um pretérito simples como *budixŭ*, “eu despertei”, e um perfeito composto: *budilŭ jesmŭ*, “eu despertei” (com valor de perfeito), literalmente “eu sou o despertador”. O valor do perfeito já não aparece mais que enfraquecido na época dos textos mais antigos; nas línguas eslavas modernas, um tipo como *voz-budi* do russo, ou *wz-budzilem* do polonês, corresponde a um tipo simples, com valor de pretérito puro e simples. Em várias das principais línguas eslavas, nomeadamente em russo e polonês, há outros pretéritos além do antigo perfeito composto. O pretérito simples já saiu de uso há muito tempo.

A evolução é, portanto, a mesma em diversas línguas. Não seria difícil acrescentar outros exemplos àqueles que acabamos de estudar. O perfeito tende a ser expresso por formas compostas, de caráter nominal. Assim que entram no uso corrente, essas formas tendem a perder seu valor de perfeito. Elas se degradam no nível de simples pretéritos; pela mesma razão, elas perdem seu caráter nominal e aparecem como formas verbais. Então, sendo em geral mais regulares que as formas antigas do pretérito simples, elas tendem a substituí-las.

O futuro ou o presente durativo daria lugar a observações da mesma ordem que aquelas apresentadas, há pouco, a respeito do perfeito.

Mesmo nas línguas que comportam uma conjugação complicada, é possível que não haja modo de exprimir ações futuras através de formas gramaticais particulares. Tal é o caso das línguas semíticas e de grande parte das antigas línguas indo-europeias, por exemplo. O germânico antigo não tinha futuro e, ainda hoje, mal podemos considerar que o alemão apresente um futuro. Para indicar ações vindouras, recorreremos frequentemente a formas que indicam a intenção de fazer algo. A forma gramatical que tinha esse sentido em indo-europeu comum, do qual partem todas as línguas indo-europeias, correspondia ao modo subjuntivo. Assim, em latim, por exemplo, formas

como *erit* ou *dicet*, que, por causa de sua origem, são subjuntivos, adquiriram valor de futuro e nunca possuíram outro valor em latim na época histórica. Sozinha, a gramática comparada adverte que *erit* e *dicet* do latim, foram subjuntivos em uma época pré-histórica. Mais recentemente, durante o desenvolvimento de certas línguas indo-europeias, o verbo *vouloir* tornou-se um auxiliar com a função de exprimir o futuro. Na boca de muitos franceses, *je veux faire* já forma um grupo cujo sentido se enfraqueceu o suficiente para equivaler a uma espécie de futuro. Em *i will make* [“eu vou fazer”, sendo que *will* mantém como substantivo a ideia de querer, de vontade], do inglês, o desenvolvimento é ainda mais avançado. Nas línguas eslavas do Sul e em grego moderno, a expressão do futuro é obtida por meio de um verbo que significa “querer”; este foi tão degradado pela forma e pelo sentido que apenas um linguista pode reconhecê-lo atualmente. Em grego moderno, por exemplo, *thelô ina*, “eu quero que”, reduzido a *thelô na*, *thena* e simplesmente a *tha*, não nos deixa mais adivinhar o verbo que significa “querer”. Em outros lugares, podemos nos servir de palavras que significam “dever”, como é o caso do inglês *I shall make*, ou do armênio moderno ocidental *bidi anem*, “eu farei”, ou, literalmente, “há a necessidade de que eu faça”. Dessa forma, a palavra acessória pode se reduzir e tornar-se irreconhecível; no lugar de *bidi*, encontramos simplesmente *di* em uma grande quantidade de falares armênios. É por esse meio que as línguas românicas adquiriram um futuro quando o futuro do latim antigo tornou-se muito fraco e inexpressivo: *Facere habeo*, forma original de (*je*) *ferai*, significa “*j’ai à faire*”, ou seja, “*je dois faire*”. O infinitivo e o verbo que significam “*avoir*” se soldaram; *avoir* adquiriu uma flexão própria diferente daquela associada ao verbo isolado. Ao dizer *je finirai*, um francês não pensa em *finir*, nem em *-ai*; ao dizer *nous finirons*, ele tampouco pensa em *finir* ou em *-ons*. O mesmo se aplica a *j’aimerai* e *je viendrai*. Por consequência, essas formas perderam todo seu valor expressivo. Como, no mais das vezes, nos sentimos tentados a falar do futuro usando alguma expressão particular (de desejo, espera ou necessidade), a língua francesa chegou ao ponto de recriar novos futuros que ainda possuem uma força de expressão: um futuro próximo: *je vais faire*, em que *je vais* não é mais que um auxiliar cujo sentido de *aller* não é perceptível; *je veux faire*, em que o sentido de *vouloir* ainda é bastante perceptível; *je dois faire*, em que *je dois* é pouco mais que um auxiliar, embora o sentido de necessidade tenha se mantido claramente; *j’ai à faire* etc. O futuro não é uma forma necessária, mas nas línguas em que existe, ele se recria constantemente.

Quando existe uma conjugação que exprime o tempo, é preciso uma forma própria à expressão de uma ação que se desenrola no presente. Mas se queremos insistir na duração da ação, é comum que nos sirvamos de expressões complexas que fornecem, em seguida, formas simples. O tipo “eu estou fazendo”, *I am making*, do inglês, é um exemplo atual desse fato. Em todos os falares atuais do armênio, o presente se exprime por formas que não têm qualquer valor expressivo particular, mas que eram formas compostas exprimindo duração. O tipo *sirum em*, de grande parte dos falares da Armênia russa, significava “eu estou a amar”; o tipo *g sirem*, de grande parte dos falares da Armênia turca, é o resultado da alteração de uma forma complexa: *kay ew sirê*, “ele se sustenta e ele ama”, em que *kay ew* se reduziu a *ku* e deste a *kə* (sendo *ə* uma espécie de *e* mudo). A pronúncia *g* do antigo *k* é uma particularidade do falar armênio dessa região. A expressão *kay ew sirê* exprimia fortemente a duração da ação. A forma moderna *g sire* não vale mais que o francês *il aime*, e não faz menos justiça ao sentimento dos falantes.

Exemplos desse tipo poderiam ser multiplicados: sempre a necessidade de expressão faz criar grupos que, pelo uso, perdem seu valor expressivo e servem, portanto, como formas gramaticais desprovidas de força.

A partir desse momento, vemos que é pouco legítimo falar de línguas *sintéticas* e de línguas *analíticas*. Não é para analisar que empregamos formas compostas; é em vista da expressão. E não é para sintetizar que temos formas unas: as formas unas resultam da aproximação que acontece entre duas palavras agrupadas de uma maneira habitual. Quando queremos nos exprimir com intensidade, concedemos a cada noção uma expressão separada. Não dizemos “*je ferai*”, mas sim “*j’ai la volonté de faire*”, ou “*il faut que je fasse*”, ou ainda “*je suis sur le point de faire*”. Não se trata aqui de lógica, mas de um sentimento que deve ser transmitido e de uma ação que deve exercida sobre um interlocutor. E se *je veux faire, je dois faire, je vais faire* deixaram de exprimir claramente a vontade, a necessidade, a proximidade, é pelo fato de, no agrupamento comum, as palavras *veux, dois, vais* terem perdido seu sentido próprio, seu valor expressivo e se tornado simples auxiliares que esperam se unir ao infinitivo seguinte. O romano que dizia *facere habeo* não fazia análise, assim como o francês que diz *je ferai* não faz síntese. Análise e síntese são termos lógicos que nos enganam sobre os processos reais. A “síntese” é uma consequência necessária e natural do uso que se faz de grupos de palavras.

As palavras não são, aliás, as únicas sujeitas a se tornar elementos gramaticais. A maneira de agrupá-las também pode tornar-se um procedimento de expressão gramatical. No latim, em que a função gramatical de cada palavra é indicada pela forma do nome, não há ordem necessária. Para fazer referência a “*Pierre bat Paul*”, podemos dizer: *Petrus Paulum caedit, Paulum Petrus caedit, caedit Petrus Paulum, caedit Paulum Petrus* etc. A ordem não é indiferente; ela serve para indicar certas nuances: se topicalizamos *Petrus* ou *Paulum*, chamamos atenção a uma ou a outra palavra. A ordem, contudo, não indica a função gramatical das palavras. Ao contrário, em francês ou em inglês, é a posição das palavras que indica sua função e, se trocamos o lugar de *Pierre* e de *Paul* na frase *Pierre bat Paul*, trocamos também a função gramatical dos dois nomes. Aqui, uma ordem de palavras tornada usual por alguma razão adquire o caráter de “morfema”, ou seja, de marca de uma categoria gramatical. O valor expressivo da ordem das palavras, que observamos em latim, foi substituído por um valor gramatical¹. O fenômeno é da mesma ordem que a “gramaticalização” de tal ou tal palavra. Ainda que seja uma palavra empregada em grupo com outras, e que adquira o caráter de “morfema” por um efeito de uso, trata-se de uma maneira de agrupar palavras. Aqui, mais uma vez, observamos não uma transformação, mas a criação de ferramentas gramaticais novas. Toda a vantagem que o francês e o inglês tiram da ordem das palavras para marcar as relações das partes da frase é uma criação dessas línguas: nem o latim nem o germânico antigo ofereciam algo parecido.

Referências

BALLY, Charles. **Précis de stylistique** : esquisse d'une methode fondée sur l'étude du français moderne. Genève : Eggimann, 1905.

_____. **Traité de stylistique française**. Heidelberg : C. Winter, 1909.

_____. **Le langage et la vie** (3e éd. Augmentée, 1952). Genève : Droz, 1925.

¹ A respeito da função do sentimento na criação das formas gramaticais, cf. livros de Charles Bally: *Stylistique, Précis, Traité, Le langage et la vie* e, mais recentemente, a coletânea de Leo Spitzer, *Aufsätze zur romanischen Syntax und Stylistik*.

OSTHOFF, Hermann & BRUGMANN, Karl. **Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen**, vol. 1, Leipzig: Hirzel, 1878.

PAUL, Hermann. **Prinzipien der Sprachgeschichte**, vol. 2, Niemeyer, 1886.

SPITZER, Leo. **Aufsätze zur romanischen Syntax und Stylistik**, Halle a.d. Saale, Niemeyer, 1918.

Data de publicação inicial: 1912

Data de aprovação da tradução: 16-05-2017

Data de publicação: 10-07-2017